

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

**COMO OS ELEITORES DECIDEM O SEU VOTO? UMA REVISÃO
BIBLIOGRÁFICA DO PROCESSO DE DECISÃO DO ELEITOR¹
HOW DO CITIZENS DECIDE TO VOTE? A BIBLIOGRAPHIC REVIEW OF
THE ELECTORAL DECISION PROCESS**

Cristian Sparemberger²

¹ Trabalho realizado para o término da disciplina Tópicos Especiais: Partidos e Eleitores em Perspectiva Comparada ofertada pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia Política - UFSC

² Mestre em Sociologia Política pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia Política - UFSC

INTRODUÇÃO

O processo eleitoral é um dos elementos que movem a democracia representativa. Este processo, denominado por muitos em âmbito popular de “festa da democracia”, envolve uma série de disputas entre partidos políticos representados por candidatos no contexto eleitoral. Neste processo, uma pergunta substancial permeia o pensamento político: *como os eleitores decidem o seu voto?* Tal pergunta fomentou, dentro da ciência política, uma série de teorias e modelos explicativos para compreender como os eleitores escolhem seus candidatos e moldam suas preferências ideológica, sendo que tais modelos, objetivavam diagnosticar como o fenômeno eleitoral de decisão de voto ocorre nos Estados democráticos. Perante tal dilema, diversos teóricos e estudiosos positaram uma vasta literatura acadêmica objetivando compreender o processo de escolha do voto.

Os estudos teóricos que objetivaram efetivar um diagnóstico científico do comportamento eleitoral e da decisão de voto podem ser divididos em três grandes escolas: (1) a da Escolha Racional, que importando conceitos da microeconomia desenvolveu um modelo teórico sistemático explicando a escolha do voto por meio da racionalidade dos agentes; (2) o Modelo Psicossocial, desenvolvido pela Escola de Michigan, que para auferir um modelo comportamental dos eleitores buscou na psicologia ferramentas teóricas para entender a formação dos sujeitos e como estes se comportam no processo eleitoral; (3) e o Modelo Sociológico, que por meio da sociologia e dos fatores sociais desenvolveu um modelo explicativo sobre as tendências eleitorais.

Desta forma, o principal objetivo deste trabalho é realizar uma revisão bibliográfica das matrizes teóricas que compreendem o comportamento eleitoral na ciência política. Para tanto, o trabalho encontra-se dividido em três principais tópicos. No primeiro, pretende-se explicar o modelo da Escolha Racional, que teve suas origens no início da Guerra Fria, por meio dos estudos de Downs (1957). O segundo tópico deste trabalho, dedica-se para explicar o modelo psicossocial desenvolvido pela escola de Michigan, que teve suas origens a partir de uma série de estudos sobre as eleições dos Estados Unidos nas décadas de quarenta e cinquenta. Por fim, a última parte em questão, buscará explicar o modelo sociológico da Escola de Columbia, que fundamentou seu modelo a partir do conceito de grupos sociais.

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

1. A teoria da escolha racional

As abordagens que tangem o comportamento dos eleitores inspiradas pela teoria da escolha racional (rational choice theory) possuem como ponto fundador o célebre escrito de Anthony Downs, *An Economic Theory of Democracy*, divulgado no ano de 1957. Este modelo pauta-se na ideia da “decisão do voto como produto de uma ação racional individual orientada por cálculos de interesse, que levam o eleitor a se comportar em relação ao voto como um consumidor no mercado” (BORBA, 2005, p.156). Perante isto, a teoria da escolha racional se desenvolve a partir das raízes das teorias economias sobre as explicações funcionais do mercado. De forma genérica, a presunção da teoria da escolha racional se fundamenta no pressuposto de que se as hipóteses da escolha racional se adjetivam por explicar o comportamento dos consumidores no mercado, então estas também podem explicar o funcionamento político, logo:

Estabelece-se uma analogia direta entre consumidores e votantes e entre empresas e partidos políticos. Se as empresas procuram maximizar os ganhos e os consumidores agem no sentido de maximizar a utilidade podemos, então, teorizar no sentido de que os eleitores procuram maximizar a utilidade do seu voto enquanto os partidos agem no sentido de maximizar os ganhos eleitorais obtidos com as suas propostas políticas (ANTUNES, 2008, p.33).

A tese principal de Downs (1957) é que os partidos políticos assumem um comportamento análogo aos empreendedores em uma economia lucrativa, de modo que estes partidos, para atingir seus fins privados, formulam programas e propostas políticas que acreditam ganhar o maior número de votos, da mesma forma que os empresários produzem os produtos que eles acreditam que fornecerão os melhores lucros. A fim de examinar as implicações desta teoria, o autor assume a hipótese de que os eleitores e os partidos políticos se comportam racionalmente na política.

A esfera da política é visualizada como um “mercado político”, onde os políticos tentam “vender seus produtos”, e os cidadãos assumem o papel de “consumidores”, que vão escolher aqueles “produtos” que melhor diminuam seus custos e maximizem ou otimizem seus ganhos. (BORBA, 2005, p.156)

O funcionamento do modelo se alicerça em três grandes premissas fundamentais: a primeira delas assume a perspectiva de que todas as decisões, tanto dos eleitores quanto dos partidos políticos, são racionais e orientadas pelos interesses destes, sendo executadas em conformidade com o princípio da maximização da utilidade da ação; a segunda é que o sistema político democrático se apresenta com um nível implícito de consistência institucional no qual as previsões sobre as

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

consequências das ações dos agentes políticos possam ser confiáveis, permitindo assim aos agentes realizarem antevistas sobre o resultado de suas ações; a terceira e última premissa se fundamenta na ideia de que a democracia, mesmo com a previsibilidade citada na segunda premissa, pressupõem um determinado grau de incerteza sobre as ações políticas, fato que permite aos eleitores e partidos diferenciar tanto o seu voto quanto o seu programa político, por não terem total informação das consequências de suas ações.

Desta forma, o primeiro conceito essencial para o entendimento da teoria da escolha racional é o conceito de racionalidade, o qual Downs (1957) importa das teorias econômicas. Esta racionalidade permite aos partidos e eleitores alcançarem a maximização da utilidade de suas ações, esforços e escolhas políticas.

Nessa análise, o termo racional nunca é aplicado aos fins de um agente, mas somente a seus meios. Isso resulta da definição de racional como eficiente, isto é, maximizar o produto no caso de um dado insumo, ou minimizar o insumo no caso de um dado produto. Desse modo, todas as que os economistas se referem a um “homem racional”, eles não estão designando um cujos processos de pensamento consistem exclusivamente de proposições lógicas, ou um homem sem preconceitos, ou um homem cujas emoções são inoperantes. No uso normal, todos esses poderiam ser considerados homens racionais. Mas a definição econômica se refere unicamente ao que se move em direção a suas metas de um modo que, ao que lhe é dado saber, usa o mínimo insumo possível de recursos escassos por unidade de produto valorizado. (DOWNS, 1998, p. 27)

Seguindo a lógica do pressuposto da racionalidade, no jogo democrático as eleições possuem como finalidade a escolha dos representantes que desempenharam as funções públicas. Logo, a premissa que embasa o pensamento de Downs é que políticos e eleitores agem racionalmente, sendo que as motivações dos políticos são desejos pessoais, tais como renda, prestígio e poder derivados dos cargos que ocupam, e “como estes atributos não podem ser obtidos sem que eles sejam eleitos, as ações dos políticos têm por objetivo a maximização do apoio político e suas políticas são orientadas meramente para este fim” (BAERT, 1997, p. 5).

Os eleitores, por sua vez, estabelecem preferências racionais entre partidos competidores embasados em uma comparação entre a renda de utilidade das políticas aplicadas pelo partido que se encontra no poder em relação a renda de utilidade se os partidos de oposição ocupassem o governo. Ademais, o próprio sistema eleitoral e de governo pauta-se também na racionalidade dos eleitores, assim em um sistema bipartidário os eleitores optam pelo partido que preferem ao passo que em um sistema multipartidário os votantes selecionam um partido levando em consideração a preferência dos demais eleitores, “por exemplo, se o partido que ele ou ela preferem não tem chances de vencer, então ele ou ela votam em outro partido que pode ter a possibilidade de manter o partido que ele ou ela têm mais aversão fora do poder” (BAERT, 1997, p. 6).

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

Um eleitor racional primeiro decide qual partido ele crê que lhe trará maior benefício; daí ele tenta estimar se esse partido tem qualquer chance de ganhar. Ele faz isso porque seu voto deveria ser ampliado como parte um processo de seleção, não como uma expressão de preferência. Daí, mesmo que prefira o partido A, ele estará “desperdiçando” seu voto em A se esse não tiver nenhuma chance de vencer porque muitos poucos outros eleitores o preferem a B ou C. A escolha relevante, nesse caso, é entre B e C. Como o voto em A não é útil no processo real de seleção, votar nele é irracional (DOWNS, 1998 p.69).

Deste modo, no modelo da escolha racional, tanto os partidos políticos quanto os eleitores tendem a adotar um comportamento embasado no axioma de racionalidade, ou seja, tanto a ação dos partidos políticos quanto a dos eleitores é orientada pelo princípio da maximização da utilidade.

O modelo de Downs, portanto, afirma que os comportamentos dos governantes e o dos governados são interdependentes, e a racionalidade é garantida pela premissa de que ambos seguem o axioma do auto interesse, e que, além disso, ambos orientam suas ações com base nos padrões de comportamento que uns veem nos outros (MEIRELES, 2012, p. 56).

A teoria da escolha racional pressupõe, portanto, que é possível fazer previsões sobre o comportamento dos outros sujeitos, dos partidos políticos e do governo e compará-las. Desta forma, é necessário sabermos como os indivíduos realizam o cálculo em relação a estas alternativas, assim para realizar este cálculo, os eleitores utilizam-se dos indicadores disponíveis sobre o que os partidos realizam e realizaram no governo ou, em alternativa, da conjectura sobre aquilo que poderiam ter feito os partidos opositores se ocupassem o governo. Contudo, tal cálculo só pode ser realizado caso os partidos sejam responsáveis e confiáveis em suas políticas e promessas, ou seja, para o modelo da escolha racional funcionar, os partidos devem oferecer consistência em seu comportamento. “Se não se verificar a condição de consistência em relação aos partidos políticos e ao governo, tal situação leva à impossibilidade de escolha racional e, em consequência, ao colapso do sistema democrático” (ANTUNES, 2008, p.36)

O terceiro e último pilar basilar da teoria da escolha racional pressupõem um determinado grau de incerteza sobre as preferências políticas dos eleitores, fator que faz com que os partidos políticos diferenciem suas propostas e seus programas de governo, por não terem certeza das preferências políticas dos eleitores. Este pilar, se fundamenta na perspectiva de que os partidos políticos não possuem total conhecimento da preferência dos eleitores, o que faz com que estes diferenciem suas agendas políticas, assim:

Os partidos políticos defendem e apresentam ao eleitorado propostas suficientemente

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

diferenciadas para mobilizar os eleitores à participação eleitoral. De acordo com Downs (1957) a heterogeneidade das sociedades e os conflitos sociais que lhe estão inerentes introduzem níveis de incerteza que levam simultaneamente ao aparecimento das ideologias e à ambiguidade relativamente aos grupos sociais que poderão ser mais úteis para a vitória eleitoral e, por consequência, à diferenciação das propostas políticas dos partidos (ANTUNES, 2008, p.36).

Ademais, os eleitores também desfrutam de uma determinada incerteza ao formularem suas preferências políticas, pois “nem sempre estão cientes do que o governo está ou poderia estar fazendo e, frequentemente, não conhecem a relação entre as ações governamentais e suas próprias rendas de utilidade” (DOWNS, 1998, p.100). Assim, no modelo downsiano, os partidos políticos formulam suas ideologias e propostas políticas com o intuito de maximizar o apoio do maior número possível de grupos sociais, contudo, quando o sistema político se encontra dominado por único partido político, os demais partidos oferecem uma agenda alternativa com o objetivo de atrair nichos eleitorais (grupos sociais minoritários) insatisfeitos com as políticas do partido dominante para poderem crescer e se desenvolver no sistema eleitoral.

Deste modo, a teoria da escolha racional considera que o principal fator de importâncias quando os eleitores formam suas preferências são as ações partidárias, não as ideologias. Contudo, a falta de informação sobre todas as ações e preferências dos partidos faz com que as ideologias dos partidos permitem aos eleitores efetivar generalizações a partir de ideologias para ter uma amostra sobre as propostas e preposições dos partidos. Assim, o eleitor utiliza-se da ideologia como um atalho para economizar no custo de ser informado sobre uma gama mais ampla de questões

Num mundo obscurecido pela incerteza, as ideologias são úteis tanto aos partidos quanto aos eleitores. Cada partido percebe que alguns cidadãos votam por meio de ideologias e não de políticas; assim, modela uma ideologia que crê que atrairá o maior número de votos. (DOWNS, 1998, p.121)

Contudo, para os eleitores, dentro da teoria downsiana, o principal fator de interesse são as ações concretas dos partidos políticos, e não a sua ideologia ou discurso. Assim “a teoria da escolha racional defende que a comparação entre ideologias é apenas usada se o eleitor já dispuser anteriormente de indicadores concretos relativos a ações efetivamente executadas” (ANTUNES, 2008 p.37). Desta maneira, o modelo proposto por Downs (1957) arquiteta a escolha dos eleitores se embasando na proximidade das preferências dos eleitores em relação às propostas dos partidos políticos, e não na ideologia.

Explicado os principais pilares do modelo de Downs acerca da escolha racional, destacamos que o trabalho do autor marcou a penetração da abordagem econômica em algumas áreas da Ciência

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

Política. O modelo da escolha racional situa a política partidária em posição central no pensamento sobre a democracia. Todo seu esforço teórico se dirige na direção de explicar o comportamento dos partidos e dos eleitores dentro de um sistema democrático, as suposições compostas no modelo, explicam sistematicamente as motivações que permeiam as decisões democráticas, tanto dos partidos ao comporem sua agenda de governo e propostas políticas quanto as opções dos eleitores ao decidirem o seu voto. Ademais, destacamos que o modelo downsiano se preocupa em explicar as características da política eleitoral e partidária em qualquer sistema democrático que possua instituições confiáveis e coerentes com dinâmicas democráticas (eleições, sistemas partidários e participação pública).

Finalizando está breve revisão teórica da teoria da escolha racional, não podemos deixar de afirmar que tal teoria não apresenta defeitos. A obra da Downs, após sua publicação, sofreu inúmeras críticas que questionavam a própria racionalidade dos sujeitos ou os postulados teóricos presentes no modelo. Ademais a teoria da escolha racional também ganhou críticas temporais vinculadas com o contexto da Guerra Fria e a necessidade de se provar a superioridade do regime democrático. Contudo, mesmo com as inúmeras críticas, a obra de Downs e a teoria da escolha racional permanecem vivas hodiernamente, sendo referência para inúmeros estudos, tanto a respeito da democracia quanto sobre o comportamento dos eleitores e dos partidos políticos.

2. O Modelo Psicossocial

Ao contrário da teoria da escolha racional, que enfatiza o papel da racionalidade na formação das preferências dos eleitores, o modelo psicossocial se fundamenta na personalidade dos indivíduos e em suas motivações psicológicas. Em resumo, o modelo afirma que o comportamento dos indivíduos se alicerça na estrutura de sua personalidade e no seu sistema de crenças, as quais estão relacionadas com o grupo social e ao partido político que o sujeito se identifica. Portanto, o modelo psicossocial vincula a ação política dos indivíduos, em especial o voto, a um processo de formação psicológica, no qual os elementos que explicam a ação política dos sujeitos se vinculam ao contexto social que o indivíduo se encontra, o modo como a sua formação psicológica se realizou e os valores que este indivíduo absorveu ao longo de seu desenvolvimento.

O modelo psicossocial teve sua origem nos estudos conduzidos pelo Survey Research Center da Universidade de Michigan, nos Estados Unidos, durante as eleições presidenciais norte-americanas das décadas de 1940 e 1950. Os resultados destes estudos foram representados em uma série de publicações, em especial no livro *The American Voter*, de autoria de Campbell, Converse, Miller e Stokes (1960). O modelo psicossocial até hoje é referenciado como o da “Escola de Michigan” e tem sua base teórica formulada e representada a partir do cenário político norte-americano.

Estes trabalhos marcam o início de uma longa série de estudos conduzidos pelo Survey Research Centre e, mais recentemente, pelo Center of Political Studies da Universidade de Michigan, que se prolongam até aos nossos dias, embora atualmente

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

se enquadrem no American National Electoral Studies (ANES), investigações que envolvem uma maior variedade de instituições, mantendo, no entanto, a base teórica inicial. Os questionários e as bases de dados destas investigações são elementos de referência na maioria dos estudos eleitorais realizados nos Estados Unidos da América. (ANTUNES, 2008, p. 28)

No modelo formulado pelos teóricos da escola de Michigan a unidade de análise é individual, relacionando a empatia entre os eleitores, as lideranças e os partidos políticos. Contudo, mesmo o modelo psicossocial se fundamentando nos indivíduos, os fatores macrossociais também são importantes por serem específicos em cada cadeia causal que atua na formação das perspectivas políticas individuais, o que forma a socialização política.

É importante ressaltar o que significam as influências psicológicas neste contexto. Esta conceituação é retirada dos estudos das teorias de grupo e psicologia social. Em tais teorias, a orientação em direção a questões política começa antes de os indivíduos terem idade para votar e, em grande medida, são um reflexo de seu ambiente social imediato, sendo a família o ambiente preponderante. Assim sendo, as atitudes políticas se formam e se integram no sistema político por meio de um “sistema de personalidade”, no sentido parsoniano. Este processo de formação de atitudes é chamado de socialização política (FIGUEIREDO, 2008, p.25).

A formação psicológica do sujeito ocorre a partir de suas experiências sociais e do ambiente no qual adquiriu estas experiências, integrando a estrutura da personalidade dos indivíduos, “portanto, as atitudes políticas fazem parte da psicologia humana e, ao se consolidarem pela socialização política, tornam-se a base para a formação de opiniões, auto-avaliações e propensões para a ação frente ao ‘ambiente’ político mais amplo” (FIGUEIREDO, 2001, p.25).

[...] o enunciado básico desta teoria tem a seguinte formulação: indivíduos semelhantes do ponto de vista social e de atitudes tendem a ter comportamentos políticos semelhantes, a votarem na mesma direção, independentemente de contextos históricos (FIGUEIREDO, 2008, p.26)

Logo, no modelo psicossocial, esta formação psicológica é o principal fator que guiará as ações e opiniões dos indivíduos, fato que faz com que as pessoas formulem suas respostas da mesma maneira para diferentes contextos políticos e sociais. “Esta invariabilidade do processo de articulação de variáveis que determinam as atitudes e ações políticas é a base sobre a qual se apoia a lei causal fundamental do modelo de Michigan” (FIGUEIREDO, 2008, p.25).

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

A partir destes pressupostos, Campbell, em seu estudo *Surge and Decline: A study of electoral changes*, publicado em 1967, desenvolve a ideia de que o interesse pela política é variável de indivíduo para indivíduo em conformidade com as reações aos estímulos políticos e a importância da política em seu ambiente de desenvolvimento psicológico. Este estudo indica que a familiarização do sujeito com a política e a importância que este dá para ela se desenvolvem desde cedo pela socialização. Assim, o fator que determina como os indivíduos atuam no processo eleitoral é justamente a partir de como estes concebem sua existência social.

O sistema atitudinal não é cativo de grupos ou classes sociais. As atitudes são formadas pela compreensão da vida social e política, que é adquirida por intermédio da socialização. Nesse sentido, para compreender qualquer fenômeno social ou estritamente político é necessário saber antes como os indivíduos apreender a organização da sociedade e as relações sociais. Isto é, é necessário saber inicialmente como os indivíduos concebem sua existência social (FIGUEIREDO, 2008, p.28).

Os preceitos teóricos do estudo de Campbell, de que as atitudes dos indivíduos são formadas a partir da sua compreensão da vida social, embasaram Converse (1964), um dos fundadores da escola de Michigan, a elaborar a teoria da Crença de Massa. A teoria de Crença de Massa, demonstrada no artigo *The Nature of Belief Systems (in Mass Publics)*, procurou demonstrar que os indivíduos se relacionam com o mundo político em conformidade com o nível de conceitualização que são capazes de elaborar, independentemente de seus ambientes sociais, “ou seja, a compreensão da natureza e do escopo da política, em qualquer sociedade, é estratificado segundo ‘níveis de conceitualização’, de compreensão da política” (FIGUEIREDO, 2008, p 29).

Desta forma, as ideias, opiniões e atitudes dos sujeitos em relação ao mundo social, após formuladas, permanecem relativamente estáveis ao passar do tempo e ainda se inter-relacionam com as demais ideias individuais, trazendo assim uma previsibilidade no modo como os indivíduos visualizam o sistema eleitoral e se comportam politicamente. Assim, no modelo psicossocial, para compreender o comportamento eleitoral, se necessita compreender as inter-relações entre atitudes e opiniões dos indivíduos a partir de um conhecimento prévio das perspectivas e ações dos sujeitos para se ter uma previsibilidade de como estes indivíduos irão pensar e agir em outro determinado contexto. Ademais, movendo-se na tentativa de explicar o comportamento político, a principal constatação de Converse (1964) ao longo de seu estudo é a de que fatores psicológicos e políticos preponderam sobre os fatores sociais.

Todos estes fatores previamente citados se imiscuem no principal conceito da escola de Michigan, o de Identificação Partidária. De acordo com os autores desta escola, todo o processo de socialização dos sujeitos, influenciado pelos valores familiares, de amigos e conjuges ao longo da participação democrática, leva os indivíduos a criarem uma identificação com um determinado partido político. Esta ligação afetiva do sujeito ao seu partido político pode concretizar-se com

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

diferentes graus de envolvimento, “num processo análogo ao que acontece com a ligação dos sujeitos a uma religião, que se manifesta em moldes tão diferenciadas como os que vão de religioso não praticante a profundamente religioso” (ANTUNES, 2008, p. 29).

A identificação partidária, nesta teoria, origina-se fundamentalmente de uma adesão psicológica aos partidos existentes. Uma vez formada, a identificação partidária tende a tornar-se estável, ou seja, os eleitores que têm identificação partidária em graus variados inclinam-se a “ver” a política e orientar suas ações numa direção partidária. Os partidos políticos são, dessa forma, catalisadores da “síndrome” política distribuída socialmente. Indivíduos com baixíssima identificação partidária e os independentes, por implicação, estão livres destas influências das formas momentâneas (FIGUEIREDO, 2008, p.42)

Contudo, o modelo psicossocial ao definir o conceito de identificação partidária, não faz coincidir identificação partidária com o voto do eleitor em um determinado processo eleitoral. A variável da identificação partidária neste modelo não determina o sentido do voto dos eleitores, mas sim o seu auto posicionamento. A identificação partidária funciona “como um filtro perceptivo, através do qual os eleitores valorizam aquilo que é favorável à orientação do seu partido e ignoram ou desvalorizam aquilo que lhe é desfavorável” (ANTUNES, 2008, p. 29).

Tendo em consideração que a vida política nas sociedades democráticas se centra quase exclusivamente nos partidos e considerando ainda que a avaliação das propostas políticas exige, na maior parte das vezes, o domínio de conhecimento e informação que os cidadãos não têm, a identificação partidária torna-se, então, uma variável central na vivência política dos sujeitos funcionando como um instrumento de “leitura” das propostas eleitorais e dos candidatos (ANTUNES, 2008, p. 30)

Ao findarmos nossa breve apresentação sobre o modelo psicossocial, destacamos que os preceitos teóricos desta escola que se designam a explicar o comportamento eleitoral se fundamentam em uma metáfora denominada funil de causalidade. Esta metáfora é responsável por explicar a cadeia de fatores que fornecem o aparato informativo necessário para diagnosticar como os eleitores decidem o seu voto. O funil de causalidade distingue fatores distais (questões socioeconômicas, valores familiares, grupos de pertencimento) e fatores próximos (campanha eleitoral, situação política e econômica do país, propostas políticas, influência de amigos), sendo que na entrada do funil estão as características sociológicas, sociais e familiares que influenciam e moldam o fator seguinte, que é a identificação partidária. Neste processo a identificação partidária influencia na avaliação das propostas políticas, dos candidatos e dos acontecimentos que ocorrem no período eleitoral e no final do funil, encontra-se o voto (ANTUNES, 2008).

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

O funil de causalidade, desenvolvido pela escola de Michigan, explica o papel central da identificação partidária como um conceito provindo da formação psicológica do sujeito que gera um efeito circunstancial a curto prazo na decisão de voto dos eleitores. Assim, mesmo o modelo dando conta de explicar como se desenvolve a formação do sujeito e a relação que este terá com a política, ele foca na correlação da identificação partidária com os partidos e/ou temas políticos e em como esta identificação influencia a decisão dos eleitores.

3. O modelo sociológico

O modelo sociológico teve seu início nos Estados Unidos, provindo de bases teóricas sociológicas. Este modelo, em sua abordagem, considera os fatores macrossociais como ponto de partida para entender o comportamento do eleitor e com isto, a decisão do voto nos períodos eleitorais. Os primeiros trabalhos importantes deste modelo, seguiram uma linha de pesquisa que difundia a análise sociológica com dados de pesquisa quantitativa para assim analisar o comportamento político. Tais trabalhos foram organizados pelos estudiosos da Universidade de Colúmbia, tendo como principal referência as publicações: *The People's Choice*, de Lazarsfeld, Berelson e Gaudet no ano de 1948 e a obra *Voting*, de Berelson, Lazarsfeld e Mcphee em 1954.

Para eles, a votação é essencialmente uma experiência de grupo e os indivíduos que trabalham, vivem ou se divertem juntos tendem a votar em um mesmo candidato. Mais que isso, indivíduos a quem corresponde aproximadamente a mesma predisposição política tendem a se unir socialmente, o que leva os grupos a uma uniformidade de idéias e comportamento político. Esse aspecto torna-se mais evidente com a constatação de que a maioria dos eleitores que mudou de idéia em relação ao voto seguiu a inclinação política predominante de seu grupo social (JUNIOR, 2009, P.71)

Portanto, o modelo sociológico parte de um sentido macro: os fatores históricos, estruturais e culturais globais permeiam e adjetivam os atributos econômicos, políticos e sociais das sociedades e dos grupos sociais, fato que neste modelo, definem as divisões sociais que fundamentarão os partidos políticos que os eleitores se identificam. Deste modo, o eleitor direciona o seu voto de acordo com a influências que ele absorve, que são provenientes do seu ambiente social.

Desta forma, os estudos deste modelo, promovidos por Lazarsfeld (1954), definem que "(...) não devemos estar preocupados em explicar a decisão individual do voto, mas em dar conta das diferenças nas taxas de votos, se elas mostram variações consistentes em diferentes grupos sociais" (Lazarsfeld, apud Figueiredo, 2008, p. 48). O estudo de Lazarsfeld, juntamente com uma série de estudos posteriores conduzidos pela escola de Columbia, apresentaram que são os coletivos sociais e não os indivíduos que fundamentam a dinâmica política e as preferências de

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

voto. Os resultados apresentados por amostragens mostraram que a relação encontrada entre o comportamento dos eleitores e os grupos sociais os quais estes pertenciam era capaz de explicar as escolhas eleitorais recorrendo a três fatores: estado sócio econômico, religião e localização da residência. Por meio destes três fatores, o voto poderia ser definido em termos de associação com membros dos grupos o qual o eleitor participa:

Quem age, quem participa são os indivíduos, de forma organiza ou isoladamente, mas para a sociologia política o ato individual não é socialmente isolado. Proposições a respeito de ações individuais derivam da condição societária por excelência: a interação social (FIGUEIREDO, 2008, p.49).

Partindo deste princípio, o modelo sociológico diagnostica as categorias sociais intrínsecas na decisão dos eleitores. Tomando como perspectiva que a decisão do eleitor se perpetua de forma condizente com o seu contexto social, a principal preocupação deste modelo é compreender a posição que o eleitor ocupa na sociedade e a partir disso estabelecer uma dialética com a sua ideologia e prática política. Contudo, no modelo sociológico, somente saber se o eleitor pertence a determinado grupo social não é o suficiente para determinar as suas preferências de voto, é necessário saber se este se relaciona com os demais indivíduos de seu grupo de pertencimento para determinar as preferências partidárias dos eleitores.

O modelo sociológico, ao teorizar sobre o papel da campanha eleitoral, verificou que a influência dos grupos sociais que o sujeito interage atua de maneira crucial nas suas perspectivas políticas, “uma vez que se identificou um processo de mediação — protagonizado por membros desses grupos que se assumiam como líderes de opinião — entre a comunicação veiculada pelos meios de comunicação de massa e os eleitores” (ANTUNES, 2008, p.22). Assim, os autores do modelo sociológico conceituaram este processo como fluxo de comunicação, que se divide em duas etapas: a absorção das notícias e acontecimentos pelos líderes de opiniões e a transferência destas opiniões para os demais cidadãos.

Os líderes de opinião no modelo sociológico desempenham um papel especial nas preferências políticas dos demais indivíduos. Segundo os estudos do modelo sociológico, nota-se que eles se envolveram na discussão política muito mais do que o resto dos indivíduos avaliados. Desta forma, neste modelo, as idéias dos partidos políticos e as notícias dos meios de comunicação muitas vezes fluem para os líderes de opinião e deles para os demais cidadãos com quem estes se relacionam. Sendo que o resultado deste processo indica que “os grupos sociais em que o sujeito se filia, a sua opção política e o papel decisivo dos contatos pessoais na definição das opções eleitorais indicam que as decisões dos votantes, mais do que atos individuais, são processos de coesão grupal” (ANTUNES, 2008, p.23)

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A democracia representativa possui suas bases alicerçadas dentro do sistema eleitoral. Os estudos que retratam o papel dos partidos políticos e dos eleitores dentro do sistema democrático renderam uma vasta literatura dentro da ciência política para responder uma questão: como os eleitores decidem seu voto? As respostas encontradas por estes modelos visaram, por meio da importação de sistemas analíticos prévios da sociologia, psicologia ou economia responder tal pergunta. Os estudos conduzidos pelas diversas escolas de pensamento, ao importarem tais sistemas, acabaram desenvolveram vastos modelos analíticos que permeiam os estudos acadêmicos sobre o tema até os tempos hodiernos.

De forma resumida, por meio da breve exposição dos modelos, que retratam o comportamento eleitoral apresentados neste trabalho, verifica-se uma complementariedade entre os três modelos. O modelo sociológico, ao pautar-se nas questões macroestruturais das sociedades, funciona como forma explicativa para entendermos as segregações das diferentes perspectivas políticas que originam os partidos políticos, ao passo que o modelo psicossocial, ao dar preferência para as questões psicológicas, elucida como a identificação dos eleitores com os partidos políticos ocorre. E por fim, a teoria da escolha racional, ao importar as premissas comportamentais das teorias microeconômicas, fornece um riquíssimo aparato teórico para entender a racionalidade do comportamento do eleitor. Assim sendo, elucidamos que a teoria da escolha racional, o modelo psicossocial e o modelo sociológico, ao serem aplicados em estudos que objetivavam diagnosticar como os eleitores decidem o seu voto ou como estes formulam suas perspectivas, não são excludentes. Ou seja, ao realizar-se um estudo para se obter informações e avaliações sobre o comportamento político e ideológico dos indivíduos e dos partidos políticos, o pesquisador pode aplicar mais de um único modelo em sua pesquisa.

4. Referências Bibliográficas:

- ANTUNES, Rui Jorge da Silva. IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA E COMPORTAMENTO ELEITORAL FACTORES ESTRUTURAIS, ATITUDES E MUDANÇAS NO SENTIDO DE VOTO. 2008. 508 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia Social, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.
- AMADAE, Sonja. Rationalizing Capitalist Democracy: The Cold War Origins of Rational Choice Liberalism. Chicago: Chicago Univ. Press. 2003
- BAERT, Patrick. Algumas limitações das explicações da escolha racional na Ciência Política e na Sociologia. Tradução: Eduardo Cesar Marques Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 12, n. 35, p., Oct. 1997.
- BLAIS, A. (2000). To vote or not to vote: The merits and limits of rational choice theory. Pittsburg: University of Pittsburg
- BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

teóricos sobre o caso brasileiro. Opin. Publica, Campinas , v. 11, n. 1, p. 147-168, Mar. 2005.

CAMPBELL, A., Converse, P. E., Miller, W. E., & Stokes, D. E. The american voter. New York: Wiley. 1960.

CAMPBELL, A. Surge and decline: A study of electoral change. Public Opinion Quaterly , 24, 397-418. 1960.

CONVERSE. The nature of belief systems in mass publics. In Ideology and Discontent, ed. David Apter. 1964.

DOWNS, A. Uma teoria econômica da democracia. Tradução: Sandra Vasconcelos. São Paulo: ed. EDUSP, 1998

_____, A. An economic theory of democracy. New York: Harper Collins Publishers. 1957.

FIGUEIREDO, Marcus. A decisão do voto: democracia e racionalidade. 2Ed. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

GREEN, S. L, Rational Choice Theory: An Overview, Baylor University. 2002.

MEIRELES, Fernando. Teoria da Escolha Racional: Limites e Alcances Explicativos Caos - Revista Eletrônica de Ciências Sociais. N. 22 p. 52-61. Dez. 2012.